ENOBRECIMENTO URBANO DO BAIRRO TREZE DE JULHO EM ARACAJU: 1990 - 2000*

Josevânia Nunes Rabelo**

RESUMO

Este artigo discorre sobre as transformações urbanísticas contemporâneas definidas como estratégias de *gentrification*. E, tem a peculiaridade de evidenciar que o Bairro Treze de Julho demonstra ser um espaço urbano singular de *gentrification* residencial no Brasil. Geralmente, essas remodelações urbanísticas tentam homogeneizar o espaço urbano no sentido de modificá-lo em cenário de categorias específicas de indivíduos. Contudo, a aparente ordem se desfaz mediante usos inusitados que são construídos no espaço ímpar de lugares, onde as referências transbordam a perspectiva do consumo.

Palavras-chave: espaço urbano, *gentrification*, bairro

* Este artigo é uma parte do segundo capítulo de minha Dissertação de Mestrado, defendida no Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe em 2010, sob orientação do Prof. Dr. Rogério Proença Leite.

** Mestre em Sociologia pelo NPPCS-UFS. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais LABEURC/UFS. Email: josevaniarabelo@ig.com.br.

TOMO	São Cristóvão-SE	Nº 16	jan./jun. 2010
------	------------------	-------	----------------

THE GENTRIFICATION PROCESS OF ARACAJU'S TREZE DE JULHO DISTRICT: 1990-2000

ABSTRACT

This article discusses about the contemporary urban transformations defined as strategies for gentrification. And has the peculiarity of evidence that Thirteen of July District proved to be a unique urban residential gentrification in Brazil. Generally, these renovations try to mix urban space in order to change it on stage for specific categories of individuals. However, the apparent order breaks down by unusual uses that are built in the space of odd places, where the references overflow the perspective of consumption.

Keywords: urban space, gentrification, neighborhood.

Iremos, nesta periodização, fazer uma discussão exploratória entre a teoria sobre enobrecimento urbano e os aspectos do Bairro Treze de Julho que possibilitam colocá-lo como expoente das configurações urbanas apreendidas por este conceito. O objetivo é poder delinear possíveis inconsistências e aproximações com as políticas de *gentrification*, elaborando um recorte mediante um olhar global e local, sobre as novas configurações do espaço urbano. Com a atenção de estabelecer interfaces, sem o objetivo de reduzir as peculiaridades de alcance reflexivo de cada referência, pois se não ponderarmos sobre as limitações dos conceitos, engessamos a teoria para nossas hipóteses, as quais aproveitam o caráter explicativo da mesma. Diríamos, também, que são os próprios usuários do espaço urbano que sedimentam uma diversidade de considerações sobre o mesmo tema. Portanto, a adequação com as definições propostas pelos autores possui restrições para qualquer objeto, contudo, sem os mesmos, não saberíamos como trilhar as impressões sobre o assunto a ser abordado. E, o artigo proposto tem como base conceitual da pesquisa, as reflexões de Harvey (2007), Featherstone (1995), Leite (2007), Smith (1996), Zukin (2000), com ênfase também em teorias sobre o consumo elaboradas por Baudrillard (1973), Debord (2007), Lipovetsky (2008).

As políticas de *gentrification* têm como característica principal a revitalização e organização de um espaço urbano para o consumo cultural, e compreender as interligações entre um e outro esclarece o contexto pós-industrial das cidades contemporâneas. Por isso, procuraremos estabelecer elos entre essas perspectivas com o intuito de elucidar a relação de conformação socioespacial do Bairro com a imagem pressuposta pela arquitetura dos prédios e galerias do mesmo. Ali, vemos um exagero na ostentação das fachadas, as quais constroem uma espécie de isolamento, só quebrada pela abertura do calçadão Viana de Assis, o qual está paralelamente situado a Avenida Beira Mar – podemos considerá-lo como uma zona de comunicabilidade entre o Bairro e a cidade, uma vez que a maioria dos usuários reside em pontos distintos da cidade. Nesse sentido, diremos que o Bairro possui uma zona de fechamento e outra de caráter híbrido.

Segundo Leite, as práticas de *gentrification* “referem-se sobretudo à afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representam visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca apropriar-se de certos espaços da cidade.” (2007: 63). Logo, a Treze de Julho possui características condizentes com uma valorização do espaço urbano mediante a troca de seus residentes antigos. Por exemplo, uma reportagem informa, na década de 90, a existência de apenas um pescador¹, em um local que era preponderantemente constituído de choupanas dos homens do mar. Além disso, como apreensão inicial, podemos supor que o Bairro passou por duas transformações distintas: a primeira, motivada pelo deslocamento das camadas ricas do centro para o sul, que construíram as residências grandes e modernas das tradicionais famílias sergipanas; a segunda, os prédios altos e suntuosos da elite sergipana, sustentando uma centralidade de poder por uma classe menos homogênea, em relação à origem dos rendimentos. Foi primordialmente a preferência de isolamento e ao mesmo tempo o valor de distinção da nova classe média alta a engrenagem para a construção de condomínios verticais. Ali, eles estão seguros e podem ostentar as fachadas exuberantes, sinalizando pela arquitetura o antigo meio de exteriorizar a riqueza.

¹ Soares, Conceição. Praia Formosa, setenta anos de história. Ano XX, nº 6604, Local, p. 06, 17 de julho de 1994.

É necessário enfatizarmos que as políticas de reformas, revitalizações, patrimônio público, turismo, etc., iniciam-se com a atuação do Prefeito Viana de Assis, numa gestão rápida de quatro meses, mas abastecida com recursos de um bilhão e meio (Jornal de Sergipe, 25 e 26 de dezembro de 1988). Em sua gestão, eram comuns as reportagens sobre turismo e destaque para as possíveis qualidades de Aracaju na concorrência entre as Capitais do Nordeste, por exemplo, temos uma informação sobre a preocupação do Prefeito em transformar Aracaju na cidade mais limpa do Nordeste (Jornal de Sergipe, 09 de setembro de 1988). Seu slogan era “Quatro anos em quatro meses”, e, com ele, inicia-se a discussão acerca da revitalização do Mercado Central; entretanto, em sua Gestão, a “menina-dos-olhos” seria o Calçadão da Av. Beira Mar²:

Ainda sobre o calçadão da Beira Mar, merece destaque o fato de que essa obra – a meio caminho do Shopping Rio Mar, a ser inaugurado em abril do ano que vem – está sendo implantado às margens da praia 13 de Julho, no rio Sergipe, sem comprometer o meio ambiente. Ao contrário, a intenção de Viana é replantar vegetações próprias dos mangues nativos, que foram destruídos naturalmente. **“Os mangues também morrem”, diz Viana, “mas estamos cuidando para reincorporá-lo à paisagem do novo calçadão”**³. (Jornal de Sergipe, 08 e 09 de dezembro de 1988).

O Calçadão iria esconder os ruídos de poluição da Praia Treze de Julho, dando uma paisagem menos incômoda para os atuais e futuros moradores do Bairro. Por isso, a necessidade das plantações das árvores de amêndoas, as quais não faziam parte da paisagem da Praia Formosa. O mangue foi o resultado da poluição da Praia, mas para as autoridades públicas “Os mangues também morrem”⁴. Nesse sentido, a destruição da Praia foi o outro lado de uma urbanização sem saneamento básico.

² Apesar de colocarmos o ano de 1988 como referência de uma possível discussão de marketing city (ARANTES, 2000), e acima incluí-lo dentro de um período da década de 1990, significa que os resultados das transformações urbanas ficam nítidas a partir de 1990, quando a cidade constrói novos itinerários e sentidos para as trajetórias do espaço urbano, principalmente no caso do Calçadão, pois o mesmo traria a lembrança da época da Praia Formosa.

³ Grifo meu.

⁴ Jornal de Sergipe, 08 e 09 de dezembro de 1988.

Seria racional se a Prefeitura estivesse preocupada antes em avaliar um local para os despejos dos resíduos domésticos do Bairro ao invés de “reincorporar” o mangue para filtrar os esgotos, os quais na realidade surgiram da poluição. Contudo, sabemos que algumas intervenções urbanísticas maquiavam a realidade com o intuito de agregar valor ao solo urbano: “o urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como seu próprio cenário.” (Debord, 2007: 112) Existe limite para a construção de uma cidade-mercadoria, cujos obstáculos são vivenciados por todos os agentes fora do foco da opulência do espaço urbano. Segundo Leite (2007), as demarcações concretas, da apropriação indesejada de um mesmo lugar, pode ser observado pelos diversos “contra-usos” encontrados, por exemplo, nas sinaleiras da Treze de Julho. Nelas, temos a dissonância de um estranho, o desfecho de outra utilidade para a disciplina da ordem, ou seja, parar o veículo também significa entrar no jogo do outro num movimento de “*heteroglossia*” (Bakhtin, 1986 *apud* Babha, 2007), pois sem querer encontramos a interferência alusiva de uma diferença que se preferia apagar.

Logo, os processos de *gentrification* têm singularidades que só um mapeamento das zonas de poder possibilita um entendimento sobre as incidências contrárias dos agentes sociais. Como iremos seguir um conceito árido, teremos a atenção de não sairmos à procura de aspectos imaginários de um fenômeno desenvolvido principalmente nos países de capitalismo tardio (Jameson, 1997); por isso, o seu aparecimento em cidades menores tem ocasionado diferentes resultados de tais intervenções no espaço urbano. Além disso, em cidades novas, o chamariz para os espaços se tornarem atrativos são o entretenimento (Zukin, 2000), nesse sentido, a Treze de Julho compõe um espaço denominado forçosamente Praia, e no seu lugar existe um Calçadão, que não lembra a Praia, mas está ali como espaço de lazer e ponto de concentração de festas (comemorações natalinas, Pré-Caju, etc.) para os aracajuanos.

Portanto, quando colocamos o Bairro como possível exemplo de *gentrification* em Aracaju, estamos também identificando possíveis diferenças com a definição. Elas são apreendidas principalmente nos usos cotidianos do espaço urbano, que provocam sinuosidades dentro

de um espaço controlado. A reflexão do fenômeno de *gentrification* para o Bairro Treze de Julho poderia incorrer em forçar o conceito se não apresentássemos essas arestas. Vemos uma aproximação quando entendemos que era uma área central de lazer para a cidade de Aracaju, e estava ficando deteriorada para os olhos burgueses com a presença resistente de casas simples, principalmente no interior do Bairro, onde, hoje, se situam as galerias consideradas de luxo. Ainda, enfatizamos que a Praia Formosa era símbolo de um espaço mesclado – diversas categorias de indivíduos a freqüentavam – talvez, o próprio ambiente natural facilitava a democratização dos usos e dos próprios moradores, até o espaço urbano residencial ficar reduzido para os atuais habitantes, os quais, em sua maioria, possuem uma homogeneidade em recursos financeiros.

Não podemos deixar de esclarecer que estamos cientes das peculiaridades do conceito, pois está associado aos mecanismos de pós-industrialização das cidades, contudo, “não é a exclusão que a define, mas a forma de exclusão, suas práticas e discursos.” (Rubino, 2006:95) Nesse sentido, Aracaju, insere-se no jogo das dinâmicas mundiais, uma vez que tenta criar uma imagem de cidade da “qualidade de vida” (Jornal da Cidade, 06 e 07 de abril de 2008), por exemplo. E o Bairro Treze de Julho tem destaque como o Bairro modelo da cidade, pois as reportagens trazem em seus discursos imagens do mesmo, quando a intenção é demonstrar o embelezamento da cidade. Afirmamos, também, a necessidade de estudos nas capitais menores para percebermos como as influências das capitais globais (Sassen, 1998) são inseridas num contexto diferente, a partir da “compressão espaço e tempo” (Harvey, 2007). Talvez, essa seja uma das características principais do trabalho, uma vez que iremos reconhecer a forma como os gestores de cidades menores aderem ao movimento mundial de configuração do espaço urbano. Além disso, o estudo do Bairro nos dá a dimensão de distância ou aproximação do conceito.

2 - Reinvenção do Passado para as Novas Apropriações

É fundamental observar os registros espaciais do passado para conduzirmos uma leitura dos acontecimentos contemporâneos ao estudo. Nesse espaço urbano circunscrito, a elite mantinha casas de veraneio e

os pescadores tinham, desde 1900, suas choupanas na Praia Formosa, quando deixaram a Av. Augusto Maynard. Além disso, o Bairro passa por um processo de remodelação a partir de 1950 até 1970 – período que significou o deslocamento dos pescadores e outros indivíduos pobres para o interior do Bairro e, posteriormente, de 1970 até 1980, a expulsão dos mesmos com o apoio do poder público, o qual transformou a área da favela Japãozinho num espaço para a construção moderna dos prédios da Biblioteca Pública Epifânio Dorea (1974), o Centro Desportivo Lourival Batista (1969) e a Quadra de Esportes Constâncio Vieira (1978). Portanto, a partir da década de 1980, o Bairro adquire características de lugar apropriado para as camadas superiores aracajuanas. É na década de 1990 que a Treze de Julho sedimenta sua paisagem de poder com a predominância de verticalização do Bairro, pois até 1980 a Av. Beira Mar era composta por residências horizontais. Interessante é que o processo de enobrecimento do Bairro de tipo residencial foi novamente alavancado pelos investimentos públicos do Calçadão Viana de Assis, logo, a configuração do Bairro tem uma estreita relação de coordenação entre recursos públicos e privados, conformando um espaço urbano com estruturas físicas intencionadas na dinâmica de sustentar a valorização crescente de seu solo. Notamos, assim, na Treze, os aspectos gerais das políticas de “revitalização”, os quais erguem o discurso de preservação da “Praia”, ícone para legitimar a necessidade de remodelação da área.

Consideramos, também, os edifícios altos como marco de sedimentação do enobrecimento. Com a verticalização, temos uma elevação de *status* do espaço urbano nas imediações circunscritas pela denominação Treze de Julho. Podemos dizer que as operações urbanísticas no Bairro, como o Calçadão e a posterior revitalização, foram mecanismos de revalorização imobiliária do Bairro, os quais impediram uma dita degradação da área, com a preferência de suburbanização de alguns componentes da elite de Aracaju para as imediações da Coroa do Meio (Ribeiro, 1989). Além disso, o surgimento do Bairro Jardins, na década de 1990, podia embaçar os aspectos iniciais de distinção da Treze, do morar com refinamento, porque a NORCON⁵ enfatizava que ali seriam implantadas as novas moradias de luxo dos aracajuanos, as quais ti-

⁵ Construtora Nordeste LTDA.

nhem como âncora de sofisticação um *Shopping Center*. Hoje, a Treze de Julho evidencia ser um Bairro entre os dois *Shoppings* (Jardins e Rio Mar). Logo, o Bairro não passou por um processo de empobrecimento; nesse período, temos, sim, uma revalorização mediante a venda cultural de Bairro que agrega os benefícios da vida moderna (Calçadão, supermercado, lojas, festas, etc.) e a troca de moradores que vendem suas residências para as imobiliárias construírem edifícios, os quais deverão ser ocupados por outros indivíduos de maior poder aquisitivo. Contudo, esse processo acumula valores para o Bairro, o qual se distingue como uma área de prédios elegantes. As próprias fachadas são símbolo da ostentação de riqueza; por isso, sua centralidade desde a década de 1990 tem aumentado visivelmente. Sem esquecermos, também, do setor de serviços de luxo no interior do Bairro como, por exemplo, cafés, restaurantes, etc., os quais favorecem uma definição de espaço urbano multifuncional. Existe, ainda, um esvaziamento dos moradores antigos, que pode ser entendido a partir da constatação do alto custo de vida no Bairro, e induzido pelas propostas de alto valor oferecidas pelas construtoras – segundo as entrevistas concedidas pelos próprios moradores.

Podemos afirmar que o Bairro passou por pelo menos um processo de *rent gap*⁶ (Smith, 1996), na década de 1990, quando a especulação imobiliária apostou no refinamento dos prédios para a elite de Aracaju. Enfatizamos que o Bairro não tem uma praia como atrativo, ou seja, a paisagem natural vendida é literalmente um simulacro de praia e, além disso, o mangue possui características de uma vegetação de solo, com amendoeiras e outros tipos de plantas. Os investidores reinventam uma linguagem de panorama natural privilegiado e fazem ressurgir as lembranças da antiga Praia Formosa:

Dessa forma, o interesse é conseguir dominar uma linguagem de enaltecimento da localidade e colocá-la como referência primária do lugar. O processo vincula-se ao passado, corroborando para constituição de significados, às vezes, incoerentes com a realidade atual, mas apreendidos como verdades a partir do intenso jogo publicitário. Assim, a

⁶ Processo de perda de valor imobiliário de um bairro e posterior acréscimo de valor a partir de investimentos em sua estrutura física.

promessa dos espaços urbanos enobrecidos é tornar concreto o fictício e conciliar um tipo de individualidade que se enxerga como múltiplo a partir do compartilhamento com outros do mesmo ambiente residencial, comercial, clube, etc., formando uma ilusão de comunidade. Contudo, temos a particularidade de que, na Treze de Julho, o uso de propagandas das imobiliárias incentiva a um estilo de vida simultaneamente livre e isolado, como pode ser comprovado pelos diversos encartes de venda dos apartamentos. Nos condomínios de luxo da Av. Beira Mar, há as opções de permanência em seus espaços privativos, de saída para compras nas lojas adjacentes e/ou para sentar em um café. Ainda, como Harvey sublinha, “se uma imagem ou mapa vale mil palavras, o poder nos reinos da representação pode terminar tendo tanta relevância quanto o poder sobre a materialidade da própria organização espacial” (2007: 213). Portanto, o Bairro tem uma dimensão consumista visível, que dá contornos concretos de poder aos seus moradores.

Além disso, as galerias de consumo confirmam uma imagem de Bairro global, com prateleiras recheadas para todos os gostos, evidenciando a lógica da moda efêmera. Nesse sentido, concordamos com Featherstone (1995), quando destaca a vertigem das camadas superiores em trocar os bens cada vez mais rapidamente, para a manutenção do distanciamento das classes populares, uma vez que podem ter acesso aos mesmos. Também, como afirma Baudrillard (1972), o consumo por si só não avalia ninguém, mas é o poder de decisão e comando adquirido pelo agente social que o faz diferente dos indivíduos de baixo rendimento. Contudo, a massificação do consumo, não deixa de provocar “o mal-estar que as pessoas da classe alta sentem com a incorporação de trabalhadores à sociedade de consumo, mesmo que modestamente, é evidente.” (Caldeira, 2003: 73)

Se Lipovetski tem razão quando menciona a democratização do mundo dos objetos, “a celebração dos objetos deve pouco às diversas estratégias sociais da distinção” (1989: 170), podemos acrescentar que o arranjo dos espaços residenciais e das galerias convida a um distanciamento, a qual é legitimada pelo abuso de sinais de ostentação. Diferente do uso das galerias, o Calçadão, como símbolo de cuidado com a estética física e da qualidade de vida aracajuana, estabelece o “paradoxo da moda: a demonstração ostensiva dos emblemas da hie-

rarquia participou do movimento de igualação do parecer” (1989: 42). Nesse sentido, estamos colocando a relação estreita entre o espaço de moradia e o seu entorno, com um diversificado setor de serviços entremeado por um lugar de sociabilidades públicas: o Calçadão. Podemos também lembrar Sassen (1998), quando afirma que os espaços residenciais de luxo acompanham a oferta de trabalhos com baixos salários, para a manutenção da estrutura física. Sendo assim, podemos ter como hipótese perceptível a idéia de que dentro das galerias de luxo há uma mão-de-obra com baixos salários, a dos vendedores. Sassen (1998) tem razão ao fazer uma aproximação do terceiro setor com a predominância do subemprego, em relação às condições oferecidas ao trabalhador manual. As diferenças são aparentemente mais alargadas entre o consumidor farto e o prestador de serviços do que entre o operário e o burguês.

No Calçadão, podemos entender o significado da apropriação em massa de bens de consumo, pois temos dificuldade de perceber, nele, quem são os moradores do Bairro e os “estranhos”. Não estamos afirmando a existência de uma homogeneidade de estilos do local, pois, ali, há ruídos que contrastam com o ambiente: meninos de rua, trabalhadores informais, etc. Por isso, diferente dos condomínios de São Paulo que tem suas “ruas mortas” (Caldeira, 2003), a Treze de Julho dispõe de um aparato do setor de serviços e um Calçadão que faz o inverso, convida o morador a sair de casa; contudo, estamos num local sem vizinhança de favelas. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, os condomínios fechados ficam, na maioria dos casos, ao lado de zonas de favelização: “Os enclaves fortificados que estão transformando cidades contemporâneas como São Paulo exemplificam a emergência de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano” (2003: 11). As residências de condomínios verticais fechados, nesses locais, conseguem demonstrar a aplicabilidade do conceito de “enclaves fortificados”. Mesmo nas cidades em que a parte sul fica distante dos quadros de pobreza, existe uma conotação de afastamento das camadas populares. A diferença, na Treze, da ordenação socioespacial acontece mediante a tentativa de construção de uma centralidade, as quais acabam por aumentar, principalmente em determinados eventos, o fluxo de pessoas de bairros periféricos: “Elas circulam, vão e vêm, saem da

linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida.” (Certeau, 2007: 97).

Aqui está uma das particularidades do Bairro, se não é, ainda, uma zona fechada como os condomínios-shoppings: “Está tudo ali, à distância de um elevador e de uma curta caminhada pelo condomínio composto de shopping Center de luxo [...]”, ela também evidencia seleções de trajetos, pois “de fato, nada é mais intolerável que a aproximação física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes.” (Bourdieu, 1999: 165), composta pelo ato da espacialização do morar. Queremos dizer que o “capital simbólico” das fachadas dos prédios indica que aqueles ambientes inibem aproximação de pessoas simples. Entretanto, existem possibilidades de encontro com os “estranhos” – usamos este nome para designar os indivíduos à margem de qualquer referência simbólica de poder, a não ser a de sua presença ali, incomodando a plástica do embelezamento espacial. Portanto, o ambiente construído não consegue impor regras inflexíveis, pois “(...) não significa que as práticas sejam determinadas pela forma construída (por mais que se esforcem os planejadores); porque elas têm o estranho hábito de escapar de sua circunscrição a todo esquema fixo de representação.” (Harvey, 2007: 190) Dessa forma, o caminho inverso e quase cotidiano de apropriação significativa do Bairro para a população aracajuana fica também exposto nos usos do Calçadão, o qual deixa nichos de “contra-usos” (Leite, 2007). É nesse ponto que delineamos os significados específicos dos agentes sociais, que cruzam fronteiras para serem notados.

Se “Caminhar é ter falta de lugar” (Certeau, 2007: 183), o Calçadão simboliza a vontade de aparecer. É nele que as pessoas vão e vêm num ritmo frenético, mas ao mesmo tempo são trazidas de volta à realidade pelo constante movimento de carros e barulhos. Caminhar naquele espaço híbrido pode ser um aprazível amálgama pós-moderno, a certeza de estar envolto em símbolos de poder e simulacros de conforto. O simulacro do espaço equilibrado torna-se incongruente a partir de

⁷ MOHERDAUI, Bel. Morar no Shopping. Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, Edição 2059, ano 41, nº 18, 07 de maio de 2008.

uma combinação entre a natureza poluída, os prédios de luxo e o contraste de alguns humanos que vivenciam, sem consumir, uma cidade mercadológica: “O mercado reorganiza o mundo público como palco do consumo e dramatização dos signos de status.” (Canclini, 2008: 288) Nesse sentido, podemos compreender o sentido de hibridização das cidades menores, principalmente em bairros caracteristicamente ambíguos nos seus significados socioculturais, como a Praia Formosa imaginária, o Bairro que não quer deixar de ser elegante e alguns de seus usuários que rasuram o ideal de perfeição.

As ruas de um bairro catalisam sensações e possibilitam construir barreiras que impedem a eficácia de uma única experiência, como afirma Certeau: “eliminar o imprevisto ou expulsá-lo do cálculo como acidente ilegítimo e perturbador da racionalidade, é interdizer a possibilidade de uma prática viva e “mítica” da cidade.” (2007:311) Por isso, um lugar pode tornar-se âncora de sustentação para interações de amizade, intercâmbio de trabalho, etc. Assim, queremos dizer que, apesar de as galerias do Bairro Treze de Julho possuírem uma relação singular com os moradores das adjacências, para os transeuntes, existe também um tipo de despertar para uma imagem do consumo, o qual é reavaliado com as possibilidades do possuir. Além disso, na parte mais interna do Bairro, atrás do supermercado G Barbosa, temos vitrines com preços razoavelmente baixos em relação aos de consumo de luxo. Essas lojas possuem um *design* aparentemente igual ao das lojas finas, fornecendo um cenário de elegância para indivíduos com menor poder de compra: “Ao invés de determinismos fechados de corpos, de classes, de país, manifestam-se influências múltiplas, transversais, recíprocas.” (Lipovetsky, 2008: 273) Aqui, traçamos também a ostentação de quem deseja “estar na moda” e pode acompanhar o ritmo passageiro dos objetos. As galerias trabalham com a sensibilização do ser humano para a sedimentação da idéia de efemeridade, os quais se sobrepõem aos valores de cidadania.

Podemos ressaltar que tanto o Calçadão como os espaços de consumo projetam um tipo de cultura contemporânea que pode representar um retorno a características não-modernas, em um sentido maffesoliano: “o mercado é sempre o lugar por excelência da efervescência. A troca dos bens caminha lado a lado com os símbolos. (...) É a tudo isso que se

pode chamar, em seu sentido mais forte, a “animação” social. (1997:57). Dessa forma, se os intelectuais preferem repetir as mesmas parábolas do individualismo, Maffesoli irá enxergar as cenas de solidariedade, marcadamente afetivas, relembando uma vivência comunitária. Segundo o autor, o nomadismo é a marca da nossa época, uma estrutura arquetípica que retorna com vigor, para encararmos que a vida é uma viagem ininterrupta. Com pontos de partidas, o ser consegue vislumbrar ancoradouros aparentes, pois a angústia da incompletude do “eu” permanece como fina agulha a explodir qualquer imobilidade. Isso nos faz pensar no inacabado do ser, ou seja, a finalidade é lembrar que o indivíduo não está enclausurado. Sua abertura para o mistério do mundo é uma camada estrutural da sociedade, impossibilitando um fechamento do ser. O autor brinca com o projeto moderno, e avalia com otimismo as mudanças, uma vez que ganhamos em qualidade quando não sacrificamos nossos desejos, em benefício de uma idéia de estática da realidade. Nesse sentido, a estetização e a cultura de consumo não estão vinculadas apenas a uma idéia de racionalização ou utilidade, e incitam principalmente à ponderação positiva do prazer instantâneo. O valor simbólico de adentrar nos mecanismos de consumo advém de um descrédito dos grandes posicionamentos de referência coletiva, os quais são diluídos dentro de grupos menores e com ícones relacionados às preferências individuais.

Portanto, o Bairro possui visivelmente essas nuances de caráter global, as quais o definem como espaço privilegiado para entendermos a forma de desenvolvimento da apropriação de uma memória (Praia Formosa). Ele estimula os diferentes usuários a andarem por um mesmo lugar. Isso significa um valor de bem-estar e fruição para alguns, pois é no Calçadão que também vemos os diversos estilos do vestir, os quais possibilitam inscrever, num mesmo espaço, as diferenças individuais sustentadas por grupos de mesma preferência. Tais diferenças podem estar em outro lugar, ou seja, pode-se andar sozinho em determinada circunstância, mas em sintonia com algum comportamento de outro país, por exemplo. Contudo, não podemos ficar cegos para a transformação do lugar em ícone de venda dos administradores do espaço urbano a partir de sua ligação com o Calçadão e as constantes promessas de “revitalização” da “praia”: “[...] a praia 13 de Julho passará novamente a

ser “formosa”, inclusive com condições para banho.” (Jornal da Cidade, 20 de março de 1998) A palavra revitalização pode ter, pela primeira vez, algum sentido, porque a poluição realmente destrói a vida marinha da região. Além disso, a intervenção urbanística do Calçadão também eleva a imagem de entretenimento do Bairro, associando o mesmo com o lazer. Nesse sentido, vemos, nos processos de *gentrification* urbano concatenados com o viés consumista do Bairro Treze de Julho, as seguintes características:

- a) território de demarcação socioeconômica mediante a construção da imagem da antiga “Praia Formosa”, pelos agentes que dominam a publicidade imobiliária;
- b) prática de expulsão intensiva dos antigos moradores (pescadores, etc.) combinada a uma menos violenta das camadas com decrescente poder aquisitivo mediante proposta das construtoras;
- c) espaço urbano de enobrecimento residencial que dá sustentação a um consumo de luxo em seu entorno para os compradores potenciais da alta camada aracajuana;
- d) construção do Calçadão Viana de Assis com o objetivo de “revitalizar” o mangue e posterior reforma de embelezamento do mesmo, com o intuito de esconder o esgoto dos olhos burgueses;
- d) setor de serviços em expansão, propiciando comodidades para os moradores, e a conformação de postos de trabalho de baixos salários, os quais acirram as disparidades sociais dos residentes da “periferia⁸” urbana;
- e) veiculação de imagens por gestores urbanos, para convencimento de um novo estilo de vida dos ricos;
- f) consumo cultural patrocinado pelo poder público junto com a iniciativa privada, sedimentando uma centralidade a partir de festas, etc.

Para consolidar essas pressuposições iniciais, mapeamos seus usos e “contra-usos” a partir dos locais de lazer e consumo do Bairro. E, como primeira impressão, podemos dizer que o Calçadão foi

⁸ Termo pejorativo para designar espaços urbanos com estrutura mínima de sobrevivência.

construído com o objetivo de ser mais um espaço de *gentrification* para sedimentar o uso seletivo dos moradores. Contudo, hoje, ele é um espaço aparentemente popular, no qual a elite e as diversas categorias de indivíduos o tomam como espaço de passeio e de cultura do cuidado com o corpo, construindo também um vínculo entre espaço urbano e sociabilidades públicas.

3 - A Construção Especial do Morar

É interessante percebermos como as propagandas dos empreendimentos imobiliários se relacionam com o Calçadão, pois os mesmos enfatizam a possibilidade de o morador não ter a necessidade de sair para o espaço da rua para fazer ginástica, fazer refeições, etc., e também sublinham a estrutura do setor de serviços do Bairro, o Calçadão, entre outros. Para fazer compras, o residente pode sair dos “enclaves fortificados”, mas, nas entrelinhas, seria um risco ir à rua sem propósitos concretos de gasto econômico, pois os mesmos evidenciam o isolamento como segurança; em tal contexto, o Calçadão é vendido como paisagem e como opção para uma possível caminhada rápida. Nesse sentido, a aparente homogeneidade das idéias é apresentada para a compra de habitações, ou seja, uma relação global de estilos de moradia, no sentido de permitir a opulência dos ricos: “Essas imagens de agência constituem distorções cada vez maiores de um universo de propaganda tão sutil que o consumidor é constantemente ajudado a acreditar que é um agente, quando na realidade, na melhor das hipóteses, ele é um mero escolhedor.” (Appadurai, 1994: 324) Por exemplo, em um encarte, encontramos a seguinte linguagem, composta por uma narração individual de uma mulher sobre a realização dos seus sonhos ao escolher a Treze de Julho para residir:

Morar no **Tramandaí**⁹, o bairro mais tranquilo e nobre da região **da 13 de Julho**, um lugar repleto de opções de lazer e serviços. Ela agora está agora na “quadríssima da Beira Mar”, bem em frente ao Pathae,

⁹ Todos os grifos são do encarte Terraços do Tramandaí.

pertinho da academia Paulo Bedeu, Colégio Master, da Casa Alemã, da comodidade do G Barbosa 24 horas e do Shopping Jardins, sem falar que o calçadão da 13 de Julho está bem ali, a menos de um quarteirão. E é para lá que ela vai agora, fazer sua caminhada matinal.

Evidenciamos que a Treze de Julho não é só um Bairro, pois os bairros adjacentes se incluem como parte do seletor espaço da região da Treze de Julho – se oficialmente não estão circunscritos no espaço da Treze, a imagem simbólica de opulência os coloca. Sobre a arquitetura, evidenciamos a seguinte observação: “**tijolinhos rústicos** em contraste com as linhas arrojadas dos **imensos terraços**”. Aqui lembramos de Baudrillard (1972) quando comenta sobre o gosto pelo natural: “A inovação formal em matéria de objetos não tem por finalidade um mundo de objetos ideal, mas um ideal social, o das classes privilegiadas, o de restaurar perpetuamente seu privilégio cultural” (1972: 66); portanto, a marca do rústico se dá como prova de distanciamento das classes populares, pois os objetos adquirem um novo valor quando apropriado por indivíduos da elite. Ainda o mesmo encarte relaciona os serviços e as particularidades proporcionadas pelo prédio: pórtico de acesso, pé direito duplo, *living* ampliado, espaço festas, quadra de *squash*, espaço *fitness*, piscina semi-olímpica, quadra esportiva, prainha, espaço jogos, espaço mulher, espaço *gourmet* e espaço leitura. Com tantos serviços para o cuidado com o corpo, o calçadão aparece meio sem nexo no anúncio, destacando apenas seu uso matinal. Para a segurança dos filhos dos moradores o encarte ressalta sobre o *playground*: “a **área de lazer fica a mais de seis metros do nível da rua.**”

Em outro anúncio promocional sobre o prédio “Passeio Beira Mar”, o encarte coloca a Avenida Beira Mar como símbolo de “beleza, praticidade e status” e o “status quem oferece é a própria localização, por isso a Beira Mar é o endereço mais desejado por aqueles que vivem em Aracaju”. Explicita, ainda, que a paisagem, o Mirante e o Calçadão serão os “eternos vizinhos”. A “perspectiva artística da fachada” tem como singular a harmonia entre a natureza e o prédio. Em relação aos serviços e as comodidades oferecidas pelas “torres” (Bela Vista e Mirante), não iremos mencionar por serem equiparados ao anterior. Podemos colocar como particularidade a praça oceânica e a praça Rio Sergipe. Todos os

serviços são evidenciados pela propaganda com a seguinte definição: “detalhes que fazem a vida ser agradável como um passeio”. Duas “praças” dentro de um espaço privativo, as quais destacam a pertinência de sublinhar o conceito de “enclaves fortificados”:

Nos enclaves, o objetivo é segregar e mudar o caráter da vida pública, transferindo atividades antes realizadas em espaços públicos heterogêneos para espaços privados que foram construídos como ambientes socialmente homogêneos, e destruindo o potencial das ruas de fornecer espaços para interações anônimas e tolerantes (Caldeira, 2003: 313)

Não podemos deixar ainda de mencionar a “Torre O Pará”. Ela é o atual emblema de sofisticação do Bairro com o equilíbrio da natureza, pois o próprio nome, em língua tupi, significa o rio. Segundo as atrações da publicidade, temos uma arquitetura única: “A influência da sinuosidade das águas reflete-se no projeto paisagístico “Feng Shui” que, não por acaso, tem como principal elemento uma imensa piscina adentrando na fachada como se fosse um rio com uma margem ensolarada e outra à sombra do edifício.” Enfatiza ainda a não divisão entre espaço interno e externo mediada pelo “portal de vidro” (terraço *all expand*), com vista para o cenário natural. A singularidade deste edifício está em não sublinhar a sua localização, logo, os empresários imobiliários apostam na idéia de o próprio prédio e a paisagem convencerem os clientes de seu valor. Assim, a Torre O Pará tem a pretensão de ser um dos destaques do Bairro, como indicação de uma soma a mais de diferença dentro da diferença nobre do Bairro Treze de Julho.

Caldeira (2003) enfatiza que a arquitetura, diferentemente dos modernistas que acentuavam a exposição da vida privada, a dos “enclaves” assegura a exposição “de ornamentos, irregularidades e materiais ostentatórios que exibem a individualidade e o status de seus moradores.” (2003: 312) Além disso, a autora afirma que, excluindo o *playground*, que é utilizado por crianças, os outros ambientes de conforto dificilmente são procurados pelos moradores. Essas características são perceptíveis nos edifícios do Bairro, logo, iremos ficar com os três exemplos para ilustrar o significado de enobrecimento da área, a qual podemos preliminarmente definir como um tipo de *gentrification* residencial.

Ainda, segundo Caldeira, os “anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais.” (2003: 265) Contudo, em Aracaju, apesar das salas de ginástica, etc., os agentes imobiliários também fazem propaganda do Calçadão, como foi evidenciado em duas publicidades. Assim, o Bairro dialoga com o restante da cidade pelo passeio “comum”. Parece que os moradores do Bairro Treze de Julho têm a calçada de uso coletivo como meio de exposição também de seu poder; por isso, não existe incoerência entre o isolamento e esta abertura fronteiriça para os sem-poder. Ressaltamos que o espaço de sociabilidades públicas é vigiado, a existência de um *box* policial dá a sensação de segurança para seus frequentadores.

Podemos, ainda, afirmar que a maioria dos serviços oferecidos pelos condomínios tem como principal característica o *gadget*: “pura gratuidade sob uma coberta de funcionalidade, pura prodigalidade sob aparência de moral prática” (Baudrillard, 1972: 47). O simulacro da necessidade parece dar sentido aos modismos atuais, mas é o consumo como demarcação de *status* o *leitmotiv* concreto da imagem de construção da diferença hierárquica, e, para somar, temos ainda a apreensão de que:

Os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distância respeitosa são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade [...], da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico. (Bourdieu, 1999: 163)

Nesse sentido, podemos encontrar no Bairro Treze de Julho um uso de espaço diferenciado, em seu interior temos as galerias que tem uma clientela específica, mas o Calçadão abre-se para a cidade. Se a calçada dos prédios é intocável por uma sensação de estranhamento com a ostentação, o lado paralelo inverte a relação; assim, o Bairro não conseguiu extinguir as sociabilidades públicas diversificadas:

Haveria uma proliferação se manipulações aleatórias e incontroláveis, dentro de uma imensa rede de coerções e seguranças sócio-econômicas: miríades de movimentos quase invisíveis, operando na textura sempre mais fina de um lugar homogêneo, contínuo e próprio a todos. Seria já o presente ou ainda o futuro da grande cidade? (Certeau, 2007: 105)

Como enfatiza Zukin, a tendência é transformar o espaço urbano “em uma visão panorâmica do bazar da vida urbana” (2000: 82), principalmente a partir da fragmentação dos espaços sociais, os quais são vinculados a um sentido de lugar reeditado, tentando impedir a interferência dos usuários no espaço urbano. Por exemplo, na Treze de Julho vemos uma espetacularização para o consumo mediante o valor simbólico de morar nas torres altas paralelo a uma “praia” e uma demarcação de poder para os residentes dos mesmos. Podemos, ainda, dizer que, apesar da sobrecarga dos símbolos do poder, temos também uma paisagem de caráter ambíguo a partir do uso do Calçadão por diversos agentes sociais.

4 - O Bairro como Centralidade

A Treze de Julho conseguiu formatar um espaço de visibilidade mediante os projetos do poder público e privado, os quais reelaboravam a memória da Praia: “um bairro torna-se ícone da cidade na medida em que nele se concentram símbolos reveladores de narrativas. (Barreira, 2007: 178). E, a antiga Praia Formosa seria a marca principal para a sedimentação da idéia de espaço singular.

Por isso, o Bairro ficou muito visado pelas construtoras na década de 1990, que foi alvo de um projeto para aterramento do atual mangue-arvoredo. O Prefeito Wellington Paixão sancionou um projeto de lei para destruir os vestígios da Praia Formosa, com o objetivo de subsidiar a especulação imobiliária, na invasão da parte paralela aos prédios da Av. Beira Mar. A idéia no mínimo esdrúxula nos faz pensar sobre a atuação extremamente conectada entre o poder público e os investidores privados, uma vez que a proposta seria inviável

para os cofres privados. A Câmara Municipal aprovou a lei (Jornal da Cidade, 24 de julho de 1990), confirmando o direcionamento do espaço urbano associado aos projetos lucrativos dos empresários, ou melhor, a conformação de espacialidades para camadas seletivas. Tal projeto confirmou a importância da delimitação espacial do Bairro, pois pensar em avançar enfrentando os obstáculos naturais sinalizou a centralidade desse espaço urbano.

A população não aceitou a proposta e resolveu lutar pela inviabilidade do projeto. Também diversas entidades (sindicatos, associações, partidos, etc.) adentraram numa batalha contrária à determinação municipal. A finalidade de enfatizar esse episódio significa colocar em evidência a demanda e os interesses divergentes quanto à ordenação espacial da Treze – espaço simbólico de lembrança da Praia e o anseio de lucro da especulação. Aqui, diríamos que existia uma visão de valorização dos terrenos mediante a procura intensiva de futuros clientes, pois os investidores do solo urbano perceberam que o Calçadão, em 1988, inicia o processo de *gentrification* da área. Por conta disso, iniciou-se uma organização da sociedade civil com o objetivo de reverter os desmandos oficiais aleatórios:

[...] movimento encabeçado pela Associação Sergipano de proteção Ambiental – ASPAM conta com a participação de entidades como a Associação dos Professores Municipais – APEMA, Associação dos Biólogos, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA-SE, Diretório Central dos Estudantes da UFS, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sindicato dos Jornalistas em Aracaju, Movimento S.O.S. São Conrado, União da Juventude Socialista, Partido Verde, Partido dos Trabalhadores, PC do B, Ordem dos Advogados do Brasil, Sindicato dos Jornalistas. (Jornal da Cidade, 22 de Julho de 1990).

O freio definitivo veio de outra esfera do poder político com um projeto de lei da assembléia legislativa elaborada pelo deputado Marcelo Déda (Jornal da Cidade, 24 de julho de 1990). O governador Antônio Carlos Valadares sancionou a lei, a qual definiu o local como “espaço físico de área constitutiva de paisagem natural notável e área de especial proteção ambiental, todo trecho do rio Sergipe, que servia de

divisa entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros” (*idem*). A decisão refletiu os novos tempos de organização política dos espaços urbanos, os quais se tornaram zonas de conflitos.

Podemos deduzir a marca das transformações na Treze de Julho: se, cinqüenta anos antes, tudo foi permitido; talvez, nesse período, a resistência da população fez frear esse empreendimento urbano da cidade. Porém, não podemos deixar de enfatizar que tiveram o apoio de representantes de instituições reconhecidamente influentes nas decisões do Estado. O lucro adquirido nas negociações do espaço urbano pode ser fonte de prejuízo da população. Portanto, o óbvio seria tratar a cidade como lugar de experiência comum e não como uma empresa qualquer.

Depois do conturbado discurso das diferentes posições, temos a configuração de um Bairro com uma trajetória de impasses pela configuração do seu espaço urbano, os quais beneficiaram a especulação imobiliária, com exceção do episódio de aterro da paisagem dos prédios atuais. Assim, colocamos o mesmo como portador de uma carga simbólica de memória para a cidade de Aracaju e exemplo de ambiente destruído, o qual é enfatizado quando comparado com o nível de poluição de outras áreas “a fedentina que atinge a praia 13 de Julho poderá se espalhar em breve por todo litoral de Aracaju se os governos estadual e municipal não resolverem o problema do saneamento básico da cidade” (Jornal da Cidade, 25 de fevereiro de 1997). Dessa forma, a “praia” se insere em variados discursos, desde os de venda da paisagem preservada pelas mensagens publicitárias das revitalizações da área aos de diagnóstico realista de ambiente com níveis de poluição inaceitáveis.

Agora, o Bairro Treze de Julho consolida a emancipação para a vida moderna e é palco de festejos coletivos do Pré-Caju e das comemorações de final de ano. Seus edifícios consagram um modelo de experiência urbana nova, mas também continuam abusando dos restos de natureza viva do local. Os poderes públicos prosseguem configurando o espaço urbano da Treze sem o devido cuidado com a “praia”, por uma irracionalidade que prioriza a prática do lucro imobiliário, sem calcular os possíveis prejuízos futuros:

Na Avenida Beira-Mar, às margens do Canal Tramandaí estão situados dois edifícios (o Candido Portinari, já construído e outro em

construção) que não respeitam nem sequer o limite máximo da cheia do rio, quanto mais os 50 metros de margens. Na parede da garagem do edifício Candido Portinari estão as marcas da água, nos períodos de cheia do riacho. É a convivência da Prefeitura para com o poder econômico. (França, 2004: 204)

Em uma retrospectiva do Bairro, a repórter Conceição Soares dá uma descrição da transformação urbana, evidenciando o aburguesamento do mesmo, como uma necessidade inevitável do progresso. Ela nos dá a informação da existência de um pescador (José Jorge dos Santos) entre os ilustres moradores. É um texto de naturalização da evolução urbana do Bairro, o qual incita a pensar nas qualidades dos primeiros loteadores. As especulações imobiliárias são elogiadas por trazer os “padrões civilizados” ao Bairro de colônia de pescadores, portanto, os edifícios fazem parte da imagem moderna da cidade. A principal característica é evidenciar a troca dos residentes por uma categoria de indivíduos ricos, compondo uma estrutura agradável para os “olhos” do progresso urbano. A indiferença com a expulsão dos pescadores é visível, quando os coloca como uma romântica cena de ambiente rústico. Não questiona sobre a possibilidade de aumentar os bolsões de pobreza de bairros periféricos, assim, a memória dos pescadores é transmitida como emblema de uma fase a ser ultrapassada, por indivíduos capazes de projetar uma falsa harmonia entre a “praia” e a modernização:

De uma colônia de pescadores, o bairro se transformou num dos pontos mais nobres da capital, com suas mansões ostentando elegância e luxo e, dos primeiros habitantes restam alguns remanescentes, filhos de pescadores. Hoje, a população da 13 de Julho é de classe alta média, formada por advogados, médicos, empresários, industriais, grandes comerciantes e pecuaristas. (Jornal da Cidade, 17 de julho de 1994)

Quatro anos após, fizeram uma reportagem que enfatizava a paisagem vernacular como um “panorama que se adapta ao bucólico” (Jornal da Cidade, 12 de maio de 1998), servindo de referência para uma

época de banhos e sem o mau cheiro dos canais advindos da crescente demografia¹⁰ do Bairro. Coincidentemente, a reportagem está inserida em um contexto de discursos para a revitalização do Calçadão em 1998. Assim, memorizar os lazeres proporcionados pelo antigo Bairro dá coerência à necessidade de reestruturar o mesmo e a importância dele para a história da cidade de Aracaju, todavia, sempre esquecendo a busca de solução para o problema de saneamento do Bairro. Por isso, uma das principais características do processo de enobrecimento da Treze é tentar colocar uma barreira que mascare os esgotos do Bairro; dessa forma, o Calçadão tem uma utilidade bastante satisfatória para os gerenciadores do espaço urbano.

Portanto, “a paisagem de poder” consegue impor mais uma vez a sua diferença como espaço integrado com a natureza a partir da reforma do Calçadão Viana de Assis em 1998 – um valor público agregado aos bens privados. E, sendo uma referência o Calçadão irá, no início de 1998, ser alvo de inúmeras especulações de embelezamento nos jornais: “[...] o vernacular, como outras tradições, pode ser inventado com base em um passado imaginário, ou restaurado como base de uma paisagem inteiramente diferente.” (Zukin, 2000: 100) Assim, é a Praia Formosa que só existe como Calçadão adornado por árvores e, constantemente, é lembrada como demarcação de centralidade para Aracaju. Na matéria “13 de Julho terá muro de arrimo¹¹”, é prometida a despoluição do local para a Praia ser novamente Formosa. Nisso, temos um registro de revitalização emblemática:

No passeio do calçadão serão construídas barracas padronizadas em quantidade suficiente para não comprometer o espaço reservado às pessoas. Haverá uma biblioteca pública, passeios para as pessoas praticarem exercícios físicos, boxe policial, vagas para estacionamento, stand para comercialização de plantas ornamentais, quadras

¹⁰ Segundo o IBGE, o Bairro possui 8704 moradores, 1702 apartamentos, 623 casas e uma média de moradores por domicílio de 3,72. E com rendimentos em torno de 22 a 44 salários mínimos e superiores a esse total (FRANÇA, 1998). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?codunit=24220&z=t&o=4&i=P>. Acesso em: 20 de outubro de 2008.

¹¹ Jornal da Cidade. 13 de Julho terá muro de arrimo. Ano XXVII, nº 7745. Cidades, Caderno B, pg. 11, de maio de 1998.

esportivas, área para jardinagem e uma praça de alimentação com restaurante fast-food, comida a quilo, quiosque para a venda de alimentos típicos da região. A parte da ciclovía será restaurada e o parque infantil ampliado. (Jornal da Cidade, 08 de maio de 1998).

Nota-se uma incongruência no primeiro projeto, pois colocar *fast-food* em um ambiente de atividades físicas no mínimo é contraditório. O projeto inicial foi reformulado e, ali, temos somente os carros de cachorro quente que vão embora quando reduz o movimento, não contribuindo para a formação de lixo e outros tipos de dejetos. Além disso, a construção de uma biblioteca próxima de outra (Epifânio Dórea), em um espaço urbano enobrecido, seria no mínimo incoerente. Mas, as práticas de *gentrification* têm as características de administrar os recursos públicos para áreas que possam dinamizar o consumo. Por isso, Harvey (2007) critica as práticas de enobrecimento urbano por acentuar a exclusão nas cidades. Nesse sentido, a modernidade conjugava uma arquitetura para os menos favorecidos com campanhas de habitação. Contudo, a arquitetura pós-moderna, principalmente nos países que tentaram despolitizar o espaço urbano, injeta uma idéia do “atual fascínio pelo embelezamento, pela ornamentação e pela decoração como códigos e símbolos de distinção social.” (2007: 83). E, para a construção dessa imagem de poder são produzidas propagandas, as quais servem como guias do estilo de luxo. Por exemplo, segundo uma edição especial de jornal sobre a Treze, ela “era como uma jóia incrustada nos lamacentos terrenos à margem do Rio Sergipe. Com grande potencial, logo se consolidou como a zona nobre e viu serem erguidas as portentosas moradas da elite aracajuana. (...) um verdadeiro shopping a céu aberto.”¹²

Além disso, as estratégias de enobrecimento carregam consigo a marca da distribuição desigual dos recursos públicos, os quais são ofertados como prática de uma política urbana para os setores elegantes da cidade. Nesse sentido, os discursos de preservação ambiental no contexto do Bairro Treze de Julho tinham o propósito de serem

¹² Bairro 13 de Julho: uma preciosidade aracajuana. Cinform Especial. 13 de Julho: Um Shopping a Céu Aberto. Edição 1370, jul, 2009.

mais um objeto de desejo para aperfeiçoar a imagem de um lugar sem a transparência das águas sujas da “praia” – paradoxo proposital para compreendermos como as revitalizações, às vezes, assumem um viés nitidamente antiético, colaborando para a indiferença dos problemas coletivos.

Dessa forma, com as constantes remodelações, o Bairro vai elaborando o seu percurso de construção dos ícones de centralidade (Frúgoli, 2000), e, como se modelam as cidades contemporâneas, exibindo uma fragmentação dos seus espaços em regiões que estabelecem concorrência para solidificar um espaço urbano significativo para a cidade. Como olhar um Bairro na imensidão de uma cidade pode levar a observações fragmentárias ou generalistas, tivemos o cuidado de passear por entre suas ruas tomando de empréstimo categorias analíticas pensadas a partir de um referencial local e global. Esse registro significa que iremos fazer uma tarefa de mergulho nas entrelinhas dos espaços sociais mediante a aproximação benjamiana da *flânerie*, a qual pressupõe um esforço de catalogar o perceptível e as nuances de diversidade da vivência dos trajetos urbanos: “Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.” (Certeau, 2007: 202) Não esquecemos também o lugar num contexto de globalização ou, como diria Certeau (2007), cada indivíduo reproduz a partir de sua interpretação o jogo do outro e, Bakhtin (1986), a “*heteroglossia*”, a qual indica a heterogeneidade de leituras do contexto a partir da existência do agente social. Trataremos também de forma semelhante o residente e o usuário não-residente, os quais decifram a imagem instituída pelos planejadores urbanos e conformam com suas práticas dentro do “espaço vivido”, sentidos, às vezes, oposto ao imaginado no projeto urbano. Os moradores parecem apoiar a idéia elitista e de afastamento do “outro”, o qual não pode se enquadrar nas definições seguras de morador, mas, ao mesmo tempo, sabe que a sua presença o coloca em situação de superioridade não-negociada, pois estão no âmbito da rua, a qual se abre para o imprevisito. Então, quando optamos por considerar o Bairro Treze de Julho uma centralidade estamos apenas indicando que o mesmo fornece redes de relacionamento para a cidade. Por exemplo, o Bairro é cenário do Pré-Caju e das festas

iniciais de fim de Ano com a implantação da árvore de Natal¹³. Entretanto, só isso não o torna uma centralidade; por isso, iremos acentuar os aspectos de lazer do Bairro no entorno do calçadão. Nesse sentido, notamos que o Bairro Treze de Julho tem uma comunicação direta com a cidade. Por exemplo, os usuários do espaço de prática esportiva são, na maioria, moradores de outros bairros da cidade de Aracaju. Especificar um Bairro como centralidade não anula o papel do centro histórico tradicional da cidade, uma vez que o espaço urbano originário de uma cidade tem um papel, na maioria das vezes, de sedimentar as manifestações coletivas, pois ali estão as instituições significativas para os habitantes. Estamos, apenas, tentando mapear os aspectos que fazem do espaço urbano da Treze uma centralidade. É principalmente nesse sentido que consideramos o Calçadão e as galerias como sinais de destaque para uma possível centralidade. Além disso, são usados como uma espécie de panorama do Bairro, e como observou Zukin: “Em áreas urbanas novas, como Los Angeles ou Miami, a própria paisagem – o oceano, as montanhas, a rodovia, o shopping Center – desempenha o papel principal na mediação cultural” (2000: 88).

Podemos a partir de agora tentar fazer um questionamento de como o processo de enobrecimento do Bairro Treze de Julho abre interpretações aproximadas ou não das linhas de pesquisa sobre as intervenções urbanas denominadas de *gentrification*. Interessante notar que esse espaço urbano conformou, com a ênfase nos símbolos culturais de consumo e lazer, uma zona de elite aracajuana. E, a partir dessas considerações, podemos compreender o Bairro como referência para práticas urbanas em outros contextos:

Não obstante a vigência de processos globais, atuando como pano de fundo no âmbito dos registros sociológicos da cidade, torna-se importante retomar o contexto das práticas cotidianas reveladoras de sentidos e processos citadinos. Trata-se de pensar as dinâmicas estruturais mais abrangentes mediante o que poderia ser designado de «sociologia dos bairros», entendendo que, a partir de espaços

¹³ Árvore de natal colocada pela ENERGISA, a qual tem como melhor ponto para a sua visibilidade o Calçadão da Treze.

microssociais, é possível examinar perspectivas globais da cidade. O bairro, como lugar expressivo de práticas sociais, permite ultrapassar a lógica linear de certas generalizações, atentando para situações mais densas e contraditórias vivenciadas no cotidiano da cidade. (Barreira, 2007: 165-166)

Apesar das diferenças extremas e da diversidade de cada espaço urbano, podemos relacionar alguns conceitos aplicados nas realidades condizentes com os componentes de aspecto micro para verificar como se apresenta a pertinência dos mesmos numa esfera macro. Por exemplo, o Bairro Treze de Julho foi definido pela expulsão dos pescadores, pois a aristocracia rural sergipana com o apoio das instituições públicas iniciou um deslocamento para o sul. Contudo, o Bairro só solidificou um *“embourgeoisement”* (Smith, 1996) a partir de 1990, com o surgimento das galerias e cafés para, agora, os descendentes, possivelmente, das camadas altas. Logo, quando uma cidade cresce, é comum iniciar um processo de adensamento em locais portadores de algum atrativo reinventado ou não – para os indivíduos portadores de um *status* social significativo – que concretiza a imagem do poder a partir de residências luxuosas. A idéia de morar com as marcas da distinção social (Baudrillard, 1973) possibilita a soma de qualidades (respeito, etc.). Além disso, na Treze, temos também “[..]el montage escenográfico em sus diferentes facetas permea y penetra la vida cotidiana, indiferenciando esos espacios y tiempos que en la ciudad de la modernidad parecían factibles de distinguirse.” (Lacarrieu; Carman & Girola, 2006: 102). Nesse sentido, a Treze de Julho corresponde, à primeira vista, a uma imagem de um bairro enobrecido, pois fornece aos seus moradores a possibilidade de mesclar as escolhas diárias, assim, têm os seus espaços de lazer, compras, divertimento, etc. todos os dias.

Com o objetivo de identificar, num espaço de centralidade, as ações produzidas pelos agentes sociais na construção das estruturas de caráter simbólico de poder, fomos buscar na teoria categorias que contribuíssem para a interpretação das percepções realizadas numa curta observação direta. Partimos do pressuposto de que a cidade tem territórios complexos, na medida em que o “estranho” joga com os processos de configuração socioespacial, indicando, muitas vezes,

sua presença indesejável para os parâmetros enquadrados da dinâmica urbana. A cidade foi projetada a partir de decisões de mão única, ou seja, os interesses de lucro predominam sobre outros benefícios, os quais se relacionam com a vontade de agentes imobiliários, o poder público, etc., a deixar os cidadãos longe de determinadas propostas de conformação urbana. Nesse sentido, poderíamos pensar que a cidade seria um espaço domesticado pelos interesses do mercado de imóveis e, além disso, estaria fadada a uma organização funcional dos serviços, a qual a ordem prevaleceria sobre qualquer oposição de uso dos espaços urbanos. Mas, em algumas delimitações territoriais elitizadas, podemos perceber também uma convivência diversificada por alguma atração referencial, conformando uma confluência de múltiplas apropriações difusas de sentido. A legibilidade desses fenômenos não é simples, eles cortam pelas arestas a ordenação do construído, a provocar uma corrosão lenta nas determinações postuladas do espaço urbano.

Acreditar nos contrastes indica também perceber a diversidade dos jogos nas ruas de um bairro. Portanto, a condução do olhar detalhista foi evidenciando os restos, que por muito tempo foram afastados de qualquer significação social e, como diria Certeau (2007), estamos a aprender com o procedimento ordinário e cotidiano de perceber nas entrelinhas o quase invisível poder dos dominados. Os usuários do espaço urbano inscrevem suas marcas dentro de contextos desfavoráveis e, assim, confirmam outra visão com perspectivas que dilaceram em silêncio a tranquilidade de uma organização estruturada mediante os cânones previsíveis de uma ação de via única. Por isso, a cidade concretiza no dia-a-dia uma singular renovação dos estilos de vida ligados por uma necessidade de tornar-se visível. Tomar conhecimento da miscelânea que fomenta a estranha – no sentido da dificuldade de apreensão – vivência urbana atual permite contrapor os fragmentos a uma visão de homogeneidade. Para observar com proximidade as andanças pelas ruas dos transeuntes, optamos pela investigação em um bairro onde a “selva de pedra” foi cravada no mangue-arvoredo. Mangue/pedra é incongruência que transmite a complexidade do espaço circunscrito. Nessas viagens solitárias, tomamos de empréstimos vários cruzamentos teóricos, os quais foram ligeiramente condensados, para possibilitar um entendimento da vivência urbana.

Segundo Certeau (2007), “tratar assim as táticas cotidianas seria praticar uma arte ‘ordinária’, achar-se na situação comum e fazer da escritura uma maneira de fazer ‘sucata’.” (2007:90), por isso, os espaços urbanos são objetos privilegiados para percebermos as “táticas” comuns de sobrevivência dos indivíduos afastados da dinâmica oficial. Ali, eles produzem sinais dissonantes com o instituído, logo, o autor expõe a fragilidade interpretativa de uma idéia da massa neutra e propõe que pelas “práticas” os indivíduos estabelecem outro tipo de “uso ou consumo”.

Assim, temos o Calçadão como lugar de destaque para evidenciar as marcas, às vezes, solitárias de apropriação do espaço urbano pelos agentes sociais. Nele, existe uma zona de intermediação para outros usuários não-pertencentes ao Bairro. Vemos a intenção de uma apropriação vernacular do espaço urbano pela elite, mas seus usos de passagem são entrecruzados também pelos sem-poder.

A polifonia do Bairro Treze de Julho está mais visível no Calçadão. Podemos levantar esse questionamento a partir de sua venda, como imagem de bem-estar, na propaganda dos prédios de luxo. Assim, o espaço de lazer é anexado na veiculação das imagens de *glamour* do Bairro, evidenciando a comodidade de morar num local que proporciona muitos dos valores atuais de vida feliz, relacionados principalmente com a estética corporal. Talvez, seja um dos motivos para os indivíduos de outras localidades serem também atraídos pelo mesmo, demonstrando que o Calçadão subverte a antiga divisão de gostos entre as camadas altas e baixas. Nesse espaço, encontram-se de passagem uma diversidade e uma similaridade de alguns objetivos: andar; e, para isso, é preciso ter ao olhar não só os pares, construindo na contemporaneidade os pedaços da experiência urbana.

5 - Quando o Bairro é Alegoria das Diferenças

Existem no Bairro duas relevantes comemorações: o Pré-Caju e a abertura das festas natalinas da cidade. Fizemos uma breve observação direta dessas manifestações com o intuito de demonstrar como o Bairro foi configurando suas espacialidades nos dias de concentração de indivíduos.

Começaremos a comentar sobre a prévia de carnaval, a qual possibilita o excesso dos “contra-usos” (Leite, 2007) do espaço do Bairro – catadores de lata, mendigos, etc., os quais conformam um espaço urbano múltiplo, produzindo *lugares* e, “a consistência de um *lugar* depende, portanto, do modo como **espaço e ação**¹⁴ exercem influência recíproca.” (Leite, 2007: 293). A festa engloba uma multidão que paga um valor para dançar ao redor de um trio elétrico e dentro de um espaço circunscrito por cordas, na avenida vizinha ao mangue, e outra multidão, chamada popularmente “pipoca”, não fica separada pelas cordas, mas brinca ao lado dos prédios de luxo. É uma cena que incomoda, pois fica nítida a segregação social e a vontade de demarcar as diferenças – uma distorção das regras principais dos carnavais que é suspender as hierarquias sociais, como analisado por Ortiz (1976), quando refletiu sobre o carnaval em Salvador, onde as cordas seguradas por homens fortes, distanciam qualquer tentativa de invasão pelos foliões da rua. Aqui, portanto, a Av. Beira Mar é “privatizada” por alguns momentos da festa, pois a passagem do bloco indica a interdição de outras pessoas naquele espaço limitado por cordas, quando os integrantes do bloco passam exibindo seus abadá protegidos dos foliões não-pagantes. Talvez, a principal satisfação seja a de estar separado do público geral, sendo observado por uma platéia.

Parece que a festa não podia ter um lugar mais apropriado, pois a Praia Formosa tinha tradição em organização de carnavais: “Em 1929, na Praia Formosa, então Bairro de veraneio, fundou-se o Clube Unidos da praia que promoveu alguns bailes, mas, com efêmera duração.” (Jornal da Cidade, 12 de fevereiro de 2003). Além disso, havia no Bairro os tradicionais bailes de carnavais no Cotinguiba e no Iate. Em 2004 e 2005, as autoridades transferiram o Pré-Caju para o Centro, com a justificativa de acentuar os aspectos democráticos da festa (Jornal da Cidade, 08 e 09 de fevereiro de 2004), mas, na realidade, a mudança foi motivada pela vontade das autoridades em evidenciar o Centro Histórico “revitalizado”. Nos dois anos, os jornais expuseram as contradições da festa com matérias sobre crianças catadoras de latas (Cinform, 17 a 23 de janeiro de 2005), violência (Jornal da Cidade 10

¹⁴ Grifo meu.

de fevereiro de 2004), etc., fornecendo questões problemáticas acerca da festa. Mas, em todos os anos, uma temática reforçou a importância da festa: a oportunidade de inúmeros indivíduos terem um trabalho. O setor informal foi, talvez, o “carro-chefe” para justificar qualquer incoerência da prévia, corroborando com a idéia da necessidade do apoio das instituições públicas.

Podemos dizer que o Bairro tem uma dinâmica aparentemente de entretenimento cultural no sentido de, no período de dezembro a janeiro, ser o lugar preferencial das principais festas de Aracaju. Contudo, a singularidade está no propósito dessas festas, as quais conseguem fazer uma apropriação diversificada do espaço urbano, pois na prévia carnavalesca ou na inauguração da árvore de Natal temos uma afluência de pobres e ricos para um mesmo espaço. Assim, o luxo do Bairro fica ofuscado para alguns e transparente para outros, dependendo da imersão no espetáculo produzido.

Tomar como esfera de análise o consumo cultural induz também a uma análise sobre o significado simbólico dos bens, pois estar com o abadá indica que o participante pagou pela festa, fazendo parte de um grupo. Quem não pagou tem um papel importante, que pode ser definido como o motivo principal dos demais terem pagado; ora, se não fosse isso, os integrantes oficiais estariam dentro de um clube particular. Não estamos dizendo que a segregação torna-se suave, mas tentamos considerar os pontos de complementaridade de uma relação à outra. Assim, entendemos que o consumo contemporâneo tem embutido sentidos distintos, os quais dependem do usuário do bem cultural. É necessário também elencar a popularização do Bairro nessas festas e, principalmente, uma fluidez das fronteiras entre o gosto popular e a elite (Canclini, 2008). O bairro nobre como palco de festas populares torna-se híbrido como significado de apropriação de um espaço vivido momentaneamente por vários cruzamentos de poder: “Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir.” (Certeau, 2007 :174)

O espaço urbano “higienizado” e hierárquico transforma-se em um quadro onde “atores e cenários tendem a ser identificados como culturalmente ambíguos, simbolicamente invisíveis e poluidores” (Arantes,

2000: 105-106). Nesses dias, manter a característica de espaço disciplinado e de luxo é quase impossível. Também não deixa de ser um espaço altamente vigiado por policiais, os quais observam a “pipoca” – palavra com conotação pejorativa para estigmatizar os foliões sem abadás – em suas coreografias. E, como em qualquer festa pública, existem os conflitos e brigas por espaço, roubos, etc., porém, contornáveis pelos guardas da ordem. No entanto, no mesmo espaço, a rigidez da paisagem de poder dá abertura para um entretenimento compartilhado, uma vez que tanto fora dos blocos quanto dentro existe uma indistinação clara das camadas de poder, pois um indivíduo com um rendimento baixo pode comprar um abadá e outro, com poder aquisitivo alto, pode escolher fazer parte da “pipoca”. Além disso, a brincadeira pressupõe os novos processos de identificação efêmera e consumível dos espaços urbanos.

Mesmo resguardando as devidas estratificações, a festa consegue compor uma vinculação dos jovens, com suas preferências de estilo de roupa, por exemplo. Naquele espaço, as diferenças ficam encobertas pelo mesmo objetivo: brincar. Estamos considerando a motivação de uma maioria. A “pipoca” e os “oficiais” são os dois marcos da festa.

A desfiguração da festa que se diz carnavalesca colabora para entendermos como, no Brasil, a não suspensão da segregação dos espaços torna-se uma atração a mais para a festa. Isto porque olhar os blocos passarem motiva muitos à saída de suas residências nos dias de prévia do carnaval. E, acrescentamos, ainda, a “pipoca” tem sua “tática”: “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível.” (Certeau, 2007: 46) As “táticas” são as ações com a intenção de demarcar seus trajetos e mesmo de ser alvo dos olhares curiosos a partir de suas fantasias inesperadas, trejeitos, etc. Além disso, os blocos, para fazerem sucesso, dependem da quantidade de “pipoca” que os segue; logo, para os cantores do trio, é fundamental tentar, no mínimo, estimular os acompanhantes à sua margem. Os agentes externos ao círculo encontraram uma forma de aparecimento na festa, pois “nesses estratégias de combatentes existe uma arte de golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras do espaço opressor.” (Certeau, 2007: 79) Nesse sentido, o desajustado na estética fundamental de demonstração de consumo (abadá), ganha contornos de definição do sucesso ou fracasso do bloco. E, são inúmeras

ros os trios elétricos que concorrem pela melhor “pipoca”, uma vez que trazem cantores de renome nacional: Ivete Sangalo, Cláudia Leite, Chiclete com Banana, Asa de Águia, etc.

Nada mais específico também para ilustrar a dinâmica de uma política de signos culturais (Featherstone, 1995) do que a ornamentação do Bairro para as festas natalinas. O Bairro foi escolhido para ser o lugar de onde os indivíduos visualizam uma árvore de Natal, colocada, na Coroa do Meio, pela empresa fornecedora de energia elétrica¹⁵, com o objetivo de marcar a abertura dos festejos de final de ano em Aracaju. Com o conceito de “destraditionalização” de Fortuna (2001), podemos entender que o Bairro Treze de Julho mediante as intenções de publicidade da ENERGISA, possibilita a invenção de uma festa de vivência tradicional, pois a empresa privada e os órgãos públicos constroem uma imagem de celebração familiar para os festejos natalinos nesse espaço, incentivando os vínculos de solidariedade entre os grupos. No contexto, fica enfatizado que a festa tenta ser um símbolo de confraternização da cidade; o espaço do Calçadão fica pequeno para a quantidade de crianças e adultos juntos para assistir, no melhor local possível, o momento especial do brilho das luzes.

A empresa esclarece que o custo da árvore é o presente dela para Aracaju. Todavia, o objetivo principal é fazer uma propaganda da empresa privada com o apoio que o poder público lhe concede para destacar a cidade como atrativo turístico das festas natalinas. É uma situação nítida de consumo cultural do Bairro, apesar de ser uma comemoração, ainda, com reduzida visibilidade nacional. Segundo Fortuna, podemos entender a “destraditionalização” como um paradoxo da sociedade contemporânea, a qual “é uma cultura da instantaneidade e da busca de gratificação imediata, a reinvenção do passado colectivo e individual é um acto de busca de raízes identitárias e de consolidação do lugar dos sujeitos no mundo.” (2001: 250) O Bairro Treze de Julho, ao comemorar o início dos festejos natalinos com uma coletividade, dá significado à idéia de união entre os agentes que se encontram presentes. Assim, temos uma operacionalidade entre mercado e cultura, configurando uma forma de obter ganhos com o esquema publicitário para torná-la uma das referências das comemorações natalinas do Brasil.

¹⁵ ENERGEPIE (Empresa de Energia de Sergipe).

A árvore está na 20ª edição, pois antes de vir para o local atual era instalada na rotatória do *Shopping Riomar*, perto do Rio Poxim¹⁶. Cabe ressaltar que, ao passar para a Coroa do Meio, em 1999, ganhou o destaque de ser o maior símbolo de Natal para a cidade, colocando a Treze como o melhor local para apreciar o espetáculo e, a partir de 2000, começa a tentativa de a empresa colocá-la no livro dos recordes como a maior árvore do mundo – conseguiu oficializar, em 2007, a altura de 110,11m. A idéia do *Guinness Book* produz uma imagem da *city marketing* para Aracaju a partir do Bairro: “que o que está em promoção é um produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende, como disse, se não se fizer acompanhar por uma adequada política de *image-marking*.” (Arantes, 2000: 17). As notícias da maior árvore do mundo se espalharam pelos canais publicitários:

Este ano o recorde de maior árvore de Natal do mundo poderá ser batido pela Árvore da Energipe, que será acessa logo mais às 20h. A estrutura montada na Coroa do Meio às margens do Rio Sergipe terá 110 metros de altura, o equivalente a um prédio de 40 andares, o que a coloca em posição privilegiada na disputa do Guinness Book pelo título¹⁷.

O governador de Sergipe Marcelo Déda deu as boas-vindas do Natal na Treze com a seguinte frase: “Não há Natal na capital sergipana se não houver, ao lado do amor e da fraternidade, o brilho da árvore da Energipe. A empresa brinda os aracajuanos com esse presente, que se transformou em uma referência nacional¹⁸”. Nesse ano, a empresa também estava comemorando os 10 anos de privatização e a árvore teve o significado de provar que a empresa privada gerencia com eficiência um serviço que era público. E a presença do Estado no evento tem a intenção de comprovar a imagem de empresa capacitada para gerir um recurso de distribuição coletiva.

¹⁶ SILVA, Célia. Árvore deixa 13 de Julho mais iluminada. *Jornal da Cidade*. Disponível em: http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia_arquivo.php?id=81052. Acesso em: 09 de maio de 2007.

¹⁷ SOUSA, Carla. Árvore da Energipe terá 110 m de altura. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/noticias/ler.asp?id=68266&titulo=Noticias>. Acesso em: 06 de junho de 2007.

¹⁸ Marcelo Déda participa de acendimento da árvore da Energipe. 11 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=4897>. Acesso em: 09 de maio de 2007.

Ainda para justificar a empreitada a empresa afirma que “é a contribuição da Energipe para os sergipanos e para projetar o Estado no cenário nacional e mundial¹⁹”. Nesse ano, a árvore ficou reluzente até o término do Pré-Caju, somando mais uma atração para os turistas que participam da prévia. A proposta de ampliar os dias de iluminação da árvore colabora no objetivo da empresa em colocá-la no livro dos recordes, pois consegue um número maior de indivíduos que aderem ao estímulo do reconhecimento oficial.

Pudemos, portanto, enumerar algumas singularidades do Bairro-festa, da qualidade de vida aracajuana a partir do bem-estar proporcionado pelo Calçadão, das galerias de luxo, etc. e, o mais importante, pelo fato de cada componente acelerar o desenvolvimento de uma centralidade espacial. Essas particularidades agregam valores ao Bairro, colocando o mesmo como o metro quadrado mais caro da cidade²⁰, conforme os discursos que movimentam o mercado de bens e serviços do Bairro.

Portanto, mesmo a cidade-consumo tem suas deambulações marcadas pela distração, a qual não significa que esteja “morta” de sentido. Cada percurso de um não-morador do Bairro e, portanto, um “estranho” no *locus* de riqueza da Treze de Julho pode ser considerado uma ação que tenta sobressair do contexto hierárquico e tomar como realidade comum uma andança prazerosa no Calçadão, sem o olhar sufocado advindo dos símbolos e das conexões de poder do outro lado da rua. Assim, elaboramos nossas trajetórias, tentando entrar em relação com a cidade, a qual demanda sociabilidades, uma vez que é a âncora dos espaços sociais desde os tempos imemoriais.

6 - Considerações Finais

As políticas de *gentrification* vislumbram um espaço urbano sem interferências de contrastes, mas, alguns lugares resistem a esta perspectiva. São os agentes “ordinários” que cortam o jogo de poder concreto

¹⁹ Segundo o Assessor de Comunicação da Energipe, Augusto Aranha, na reportagem de SILVA, Célia. *Loc cit*.

²⁰ FERNANDES, Laudicéia. Pichações prejudicam mercado imobiliário. *Cinform*. Ano XXII, edição 1110, 19 a 25 de julho de 2004.

e simbólico dos planejadores urbanos. Afirmando ser a cidade um cruzamento de diferentes andanças. Caminhos traçados por narrativas distintas de interpretar o sentido de um lugar. Por isso, ao observamos o Bairro Treze de Julho fomos escavar nuances quase imperceptíveis, porém, construídos por uma vontade de territorializar ações manifestadamente estranha aos cânones do aparato da conformação espacial.

Isso não deixa de evidenciar que a Treze se tornou um Bairro da elite aracajuana alicerçado pelo Calçadão Viana de Assis, contudo, a linguagem proporcionada pelo ícone de embelezamento ultrapassa usos privados. Por isso, sociabilidades públicas diferentes são formatadas e ancoradas num espaço urbano mediado por uma zona de luxo. Os transeuntes subvertem uma organização espacial “limpa”. Determinados espaços adquirem relevância social estimulada pelo mercado de consumo e a reinvenção de tradições. A Praia Formosa, hoje, Calçadão Viana de Assis, despertou pontos de memória, os quais atingem camadas distintas de poder.

Talvez, por isso, podemos considerá-lo como Bairro híbrido, onde a polifonia se destaca ao construir diferentes condutas de estar no mesmo espaço urbano.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. in: FEATHERSTONE, Mike (Org). *Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

ARANTES, Antônio A. A Guerra dos Lugares: fronteiras simbólicas e liminaridade no espaço urbano de São Paulo. in: FORTUNA, Carlos (Org), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

ARANTES, Otília B. F. Uma Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. in: ARANTES, Otília B. F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000.

BAKTHIN, Mikail. *Speech Genres and Other Late Essays*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1986.

BARREIRA, Irllys Alencar F. *Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro*. *Anál. Social*. [on line]. jan. 2007, nº 182. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732007000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 de novembro de 2008.

BAUDRILLARD, Jean *et. al. Semiologia dos objetos*. Petrópolis/RJ, Vozes, 1972. (Novas perspectivas em comunicação-4).

BENJAMIN, Walter. Paris Capital do Século XIX. *in*: FORTUNA, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

BHABHA, Homi K.. *O Local da Cultura*. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. *in*: BOURDIEU, Pierre (Org). *A miséria do Mundo*. 3ª ed. Petrópolis/RJ, Vozes, 1999.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Ed. 34, EDUSP, 2003.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. 4ª ed., São Paulo, Edusp, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1997.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora, *in*: Fortuna, Carlos (Org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *Aracaju: estado & metropolização*. Tese de Doutorado UNESP, Rio Claro, 1998.

FRÚGOLI, Heitor Jr. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Cortez, 2000.

FRÚGOLI, Heitor Jr; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Arêas Fernanda (Orgs) Belo Horizonte, PUC Minas/Eduso, 2006.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 2007.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. Ática, São Paulo, 1996.

LACARRIEU, Mônica Beatriz; CARMAN, Maria; GIROLA, Maria Florencia. Procesos de tranformación urbana en lugares centrales y periféricos del área metropolitana de Buenos Aires: ganó el urbanismo escenográfico? *in: As Cidades e seus Agentes: práticas e representações*. FRÚGOLI, Heitor Jr.; ANDRADE, Luciana Teixeira de; PEIXOTO, Arêas Fernanda (Orgs) Belo Horizonte, PUC Minas/Eduso, 2006.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2ª ed. Campinas/SP, Editora da UNICAMP; São Cristóvão/SE, Editora UFS, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

_____. *A Era do Vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri, S.P., Manole, 2005.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

ORTIZ, Renato. *Reflexões sobre o Carnaval*. São Paulo, Ciência e Cultura, SBPC nº 28, 1976.

RUBINO, Silvana. Os Dois Lados da Linha do Trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas, SP. *in: As Cidades e seus Agentes: práticas e representações*.

SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SMITH, Neil; *The New Urban Frontier; Gentrification and the Revanchist City*; Nova Iorque: Routledge, 1996.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *in: ARANTES, Antônio (org.); O Espaço da diferença*; São Paulo: Papirus Editora, 2000.

_____. Paisagens do Século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. *in: ARANTES, Antônio (org.); O Espaço da diferença*; São Paulo: Papirus Editora, 2000.

Jornais

ALMEIDA, Gomes. Adolescente teve acesso a bebida. *Jornal da Cidade*. Ano XXXII, nº 9484, 10 de fevereiro de 2004.

Aracaju é a capital com a melhor qualidade de vida. *Jornal da Cidade*. Caderno B/Cidades. Ano XXXVII, nº 10716, Aracaju, 06 e 07 de abril de 2008.

CÔRTEZ, Joana. Pré-caju atraiu mai de meio milhão de foliões. *Cininform*. Ano XXIII, nº 1136, 17 a 23 de janeiro de 2005.

Governo repassou para prefeitura quase 1 bilhão e meio em quatro meses. *Jornal de Sergipe*. Ano X nº 3095, 25 e 26 de dezembro de 1988.

LINS, Fernando de Carvalho. Dos Cardovínicos ao Pré-caju. *Jornal da Cidade*. Caderno C, Variedades, Ano XXXI, nº 9185, 12 de fevereiro de 2003.

MENDONÇA, Valéria. Antiga Praia Formosa, local já foi um bucólico recanto de pescadores. *Jornal*. Aracaju, Ano XXVII, nº 7748, Caderno B, p. 11, 12 de maio, 1998.

MOURA, Andréa & CORREA, Suyene. Apoteose no último dia do Pré-caju. *Jornal da Cidade*. Ano XXXII, nº 9483, 08 e 09 de fevereiro de 2004.

Jornal da Cidade. *Praias ficarão iguais à de 13 de Julho*. Caderno C, Variedades, ano XXVI, nº 7387, 25 de fevereiro de 1997.

Jornal da Cidade. *13 de Julho reconquistará balneabilidade*. Ano XXVII, nº 7706, 20 de março de 1998.

Jornal da Cidade. *13 de Julho terá muro de arrimo*. Ano XXVII, nº 7745, 08 de maio de 1998.

Jornal de Sergipe. Soares, Conceição. *Praia Formosa, setenta anos de história*. Ano XX, nº 6604, Local, p. 06, 17 de julho de 1994.

Jornal de Sergipe. *Veja algumas das obras que vão mudar a cidade*. Ano X, nº 3081, 08 e 09 de dezembro de 1988.

Jornal de Sergipe. *Viana quer ver Aracaju a cidade mais limpa do NE*. Ano X, nº 3007, 09 de setembro de 1988.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.